



## Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0009292-43.2017.2.00.0000**

Requerente: **ZELIA LUIZA PIERDONA**

Requerido: **JUÍZO DA 6ª VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP**

### EMENTA:

**RECURSO ADMINISTRATIVO EM PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. EXAMES PERICIAIS COMPLEMENTES. ÔNUS PROCESSUAL. DECISÃO JUDICIAL. HONORÁRIOS PERICIAIS. ADEQUAÇÃO DOS VALORES À RESOLUÇÃO CNJ Nº 232/2016. IMPROCEDÊNCIA.**

1. A prova pericial demanda observação de um conjunto de fatores para a sua concretização, os quais perpassam pela escolha e nomeação do perito, definição dos honorários, formulação dos quesitos, definição do prazo, dentre outros. Pode demandar, inclusive, a realização de exames mais especializados para compreensão do objeto investigado pelo *expert* (art. 473, § 3º, CPC), ou mesmo a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida (art. 480 do CPC), sempre a depender da realidade de cada caso concreto.
2. De acordo com o art. 95, §3º, II, do CPC, o pagamento pelos honorários periciais deverá observar os valores fixados pelo respectivo tribunal de origem. Apenas quando inexistir parâmetros definidos internamente, ou seja, quando da omissão do tribunal, é que deverá o magistrado observar tabela do Conselho Nacional de Justiça, que atualmente segue junto à Resolução nº 232 do CNJ. Além de garantir a parcela autonomia dos tribunais, o legislador ordinário objetivou assegurar a aplicação das particularidades de cada região para fixação dos honorários periciais.
3. A Resolução nº 232/2016 reconhece a possibilidade de o valor dos honorários periciais ultrapassar o limite fixado em até 5 (cinco) vezes, quando a especificidade do caso exigir. Permite, ainda, o reajuste anual destes valores, com previsão para o mês de janeiro e observada a variação do IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial).
4. Na análise do caso concreto, verifica-se que o Tribunal dirigiu expressa recomendação aos Juízes de Direito, com competência acidentária, para observação dos parâmetros fixados na Resolução nº 232/2016 do CNJ, os quais alteraram a questionada Portaria Conjunta nº 001/2015 para adequação aos valores da referida resolução.
5. Recurso que se conhece e nega provimento.

### ACÓRDÃO

Após o voto da Conselheira Maria Tereza Uille Gomes (vistora), o Conselho, por maioria, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do então Conselheiro Arnaldo Hossepian (Relator). Vencidos os Conselheiros Rubens Canuto, Candice L. Galvão Jobim, Luciano Frota, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues e Maria Tereza Uille Gomes, que davam parcial provimento aos recursos para julgar procedentes em parte os pedidos. Declarou suspeição a Conselheira Maria Cristiana Ziouva. Plenário Virtual, 30 de outubro de 2019. Votaram os Excelentíssimos Conselheiros Dias Toffoli, Humberto Martins, Emmanoel Pereira, Iracema Vale (então Conselheira), Rubens Canuto, Valtércio de Oliveira, Márcio Schiefler Fontes (então Conselheiro), Candice L Galvão Jobim, Luciano Frota, Arnaldo Hossepian (então Relator), Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, André Godinho, Maria Tereza Uille Gomes e Henrique Ávila. Não votou a Excelentíssima Conselheira Maria Cristiana Ziouva (suspeição declarada).

**Conselho Nacional de Justiça**Autos: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0009292-43.2017.2.00.0000**Requerente: **ZELIA LUIZA PIERDONA**Requerido: **JUIZO DA 6ª VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP****RELATÓRIO**

Cuida-se de Recurso Administrativo interposto contra a Decisão Monocrática que julgou improcedentes os pedidos formulados pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS) e pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), respectivamente nos autos do Pedido de Providências nº 0008609-06.2017.2.00.0000 e Pedido de Providências nº 0009292-43.2017.2.00.0000, objetivando questionar ato administrativo do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – TJSP, que dispõe sobre a realização de exames periciais complementares em procedimentos judiciais.

No PP nº 0008609-06.2017.2.00.0000, objeto de inicial análise, o INSS relata que os valores dos honorários estabelecidos pelas Varas Acidentárias da Capital e pelo próprio TJSP estão muito acima daqueles fixados pelo CNJ junto à Resolução nº 232/2016 e pelo Conselho da Justiça Federal (Resolução CJF-RES-2014/00305). De acordo com o requerente, os valores estabelecidos pelo CNJ e pelo CJF são assim apresentados:

**Resolução CNJ nº 232/2016**

Exames (perícia)	-	R\$ 370,00
Outros	-	R\$ 370,00

**Resolução CJF 2014/00305**

Exame (Vara Previdenciária)	-	R\$ 62,13 a R\$ 248,53
Exame (JEF e Juris. Delegada)	-	R\$ 62,13 a R\$ 200,00
Vistoria no local de trabalho	-	R\$ 149,12 a 372,80

Informa, porém, que os magistrados das Varas de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital paulista, com base em critério de conveniência e oportunidade, editaram a Portaria Conjunta nº 001/2015, estabelecendo valores próprios e acima dos parâmetros nacionais aplicados para as perícias, inspeções e vistorias, conforme tabela abaixo:

**Portaria Conjunta nº 001/2015 – TJSP**

Exames (perícia)	-	R\$ 560,00
Inspeções Judiciais Realizadas	-	R\$ 340,00
Inspeções Judiciais não realizadas	-	R\$ 291,45
Vistoria no local de trabalho	-	R\$ 770,00

Informa que em 15 de dezembro de 2015 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e a Advocacia-Geral da União (AGU) editaram a Recomendação Conjunta nº 01/2015, com o fim de estabelecer procedimentos uniformes para as ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários. Aduz, porém, que os valores fixados no âmbito das Varas Acidentárias da Capital paulista destoam da uniformidade almejada. Esclarece que os valores estabelecidos junto à Portaria Conjunta nº 01/2015 impõe diferenciação até mesmo entre as perícias realizadas em primeiro e segundo grau de jurisdição; pois enquanto o valor do exame pericial determinado nas Varas da capital é de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), o valor pago quando a perícia é determinada no âmbito do segundo grau de jurisdição do TJSP é de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Em acréscimo, o Requerente sustenta que *“não há nos feitos em questão fundamento que justifique a fixação de honorários periciais em patamares superiores aos estabelecidos pelo CNJ”*, restando evidente a assimetria e a ausência de uniformidade no tratamento dado às perícias médico-previdenciárias realizadas pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal de São Paulo. Considera, assim, que a diferenciação no tratamento da matéria constitui ofensa aos princípios constantes do art. 37 da Constituição da República, em especial os da eficiência, impessoalidade e isonomia.

Relativamente ao Provimento nº 30/2013 da CGJ-TJSP, sustenta que os artigos 355 e 356 impõe ao INSS o ônus financeiro de arcar com *“exames complementares”* realizados em clínicas particulares, a pedido de peritos ou assistentes técnicos, *“sem sequer submeter a solicitação ao crivo do juiz condutor do feito”*. Entende que essa determinação se afasta das orientações contidas na Resolução nº 233/2016 do CNJ.

Aduz que apesar do procedimento de requisição de exames complementares ser comum nas varas acidentárias da capital, o Código de Processo Civil não insere como conduta típica do perito a solicitação de exames complementares (art. 473, § 3º). O Requerente considera que *“(…) se é matriz do sistema processual probatório a regra de que compete ao autor demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, é dever da parte trazer aos autos seus exames ou, ao menos, demonstrar a impossibilidade da sua realização ou a ausência deles”*.

Nesse sentido, sustenta que caso o perito entenda que o exame complementar é necessário, a própria parte poderá se valer dos meios públicos postos à sua disposição (SUS), não sendo o INSS responsável legal pelo custeio de exames complementares.

Informa que apesar da Procuradoria Regional Federal da 3ª Região ter encaminhado ofício à Presidência do TJSP (Ofício nº 00030/2017) para informar que suspendeu os pagamentos identificados pela rubrica *“exames complementares”*, o INSS continua recebendo intimações para pagamento dos referidos exames.

Diante todo o exposto, propõe o presente Pedido de Providências (Id nº 2293447) para requerer, em sede de liminar, a imediata suspensão dos efeitos dos artigos 355 e 356 do Provimento nº 30/2013 da CGJ-SP, bem como da Portaria Conjunta nº 001/2015, para impedir a realização de exames complementares às expensas do INSS. No mérito, solicita (i) a revisão dos artigos 355 e 356 do Provimento nº 30/2013 da CGJ/SP, para adequação dos valores pagos a título de honorários periciais. Requer, ainda, (ii) que o CNJ edite ato normativo para disciplinar a requisição de exames complementares por peritos judiciais, vedando sua realização às expensas do INSS e determinando a devolução dos valores adiantados pela Autarquia a título de honorários periciais, nos casos em que a parte autora restar sucumbente.

Já no Pedido de Providências nº 0009292-43.2017.2.00.0000, a Procuradora Regional da República, Dr.ª Zélia Pierdoná, sustenta que *“(…) há total ausência de observância à Resolução nº 232/2016 deste Conselho Nacional de Justiça, seja no que diz respeito aos valores dos honorários periciais, seja no que tange às diretrizes principiológicas traçadas pela mencionada Resolução (quanto à escolha e procedimento de nomeação de peritos), além da peculiar ‘sistemática’ de encaminhamento dos segurados para realização de exames clínicos complementares, em clínicas particulares, em mais de 70% dos processos”*.

Informa que os Juízes de Direito das Varas de Acidentes do Trabalho da Capital do Estado de São Paulo traçaram valores próprios e bem acima daqueles fixados pelo CNJ, em descon sideração ao disposto na Resolução nº 232/2016. Considera que os valores definidos pelo TJSP chegam a ser superiores aos honorários médicos cobrados por hospitais particulares. Aduz que não há qualquer fundamentação nos autos judiciais quanto à necessidade de se fixar valores acima daqueles estabelecidos

por esse Egrégio Conselho e que não há na Portaria Conjunta nº 01/2015 qualquer fundamentação que aponte para a necessidade de majoração dos valores fixados.

Relativamente à formação do cadastro dos peritos, argumenta que encontrou no site do Tribunal o procedimento para cadastramento dos auxiliares da Justiça, mas nada foi constatado quanto à sistemática seguida pelas Varas Acidentárias da Capital. A par disso, argumenta que o INSS (e respectiva procuradoria), responsável pelo custeio dos exames, desconhece completamente o procedimento de escolha.

O MPF questiona, ainda, a manutenção do Juiz de Direito PAULO MONDADORI FLORENCE como responsável pela atividade correicional das Varas Acidentárias da Capital, cuja atividade é por ele desenvolvida há mais de 23 anos. Não obstante, entende que essa função deve ser exercida em caráter temporário e com alternância de agentes públicos, em razão das peculiaridades que caracterizam as atividades correicionais. Considera que a permanência do magistrado na referida função, por longo período, aparenta ser incompatível com as diretrizes principiológicas e democráticas que delimitam a função.

Diante dos fatos e argumentos que apresenta, o MPF solicita: 1) a apuração administrativa da não observância das resoluções do CNJ; 2) a apuração administrativa da duração do mandato do Juiz Corregedor; 3) a regulamentação da devolução dos valores adiantados a título de perícias e exames complementares, nas hipóteses em que a Autarquia Previdenciária for vencedora; 4) a regulamentação, pelo CNJ, dos critérios de escolha e definição dos peritos, com avaliações periódicas e mecanismos de controle para se aferir a qualidade dos trabalhos.

Solicitadas informações iniciais (Despacho – Id nº 2293881), o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) relatou que, sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, adotava como parâmetro para fixação de honorários periciais o valor atribuído à causa, de acordo com a Deliberação nº 92/2008 do Conselho Superior da Defensoria Pública. Com o novo CPC, o qual veda a utilização de recursos do fundo da Defensoria Pública, o pagamento passou a ser realizado com recursos alocados no orçamento da União, Estados e Distrito Federal, mediante valor estabelecido em tabela editada pelo Tribunal respectivo ou, no caso de omissão, pelo Conselho Nacional de Justiça (Id nº 2309947).

Esclarece que, com a superação da legislação anterior (Deliberação 92/2008), *“tem sido recomendado aos Juízes ... a observância da disciplina inserida na Resolução 232 do Conselho Nacional de Justiça”*. Nessa esteira, a Presidência do TJ conferiu publicidade à decisão que revogou a tabela de honorários periciais editada pelo Centro de Apoio aos Juízes da Fazenda e Acidentes do Trabalho (CAJUFA), consignando a existência de regramento próprio sobre o tema na Resolução CNJ nº 232 e recomendando sua observância.

No tocante à Resolução CNJ nº 233, informa que existe normativo específico no TJSP, relativo ao Provimento CSM 2306/2015, que estabelece o desenvolvimento de sistema informatizado para abrigar o cadastro de gerenciamento dos auxiliares da Justiça, atualmente em operação no sítio eletrônico do tribunal. Com relação à alegada desproporção entre o quantitativo de perícias realizadas por cada *expert* e eventual determinação de exames complementares, aduz que além da escolha observar a especialidade de cada perito, a decisão caracteriza matéria de cunho jurisdicional, não podendo ser analisada administrativamente.

Pelos fatos e fundamentos que apresenta, o TJSP pugna pela improcedência dos pedidos formulados nos mencionados procedimentos.

Considerando a possibilidade de conciliação, foi designada audiência para o dia 22.02.2018, momento no qual as partes ajustaram providências no sentido de possibilitar a análise, pelo INSS e pelo Ministério Público Federal (MPF), dos atos e atualizações normativas realizadas pelo Tribunal para solucionar a demanda (Id nº 2354026). Na mesma oportunidade, foi determinado o apensamento aos autos do PP nº 0009292-43, que trata da mesma matéria. Em posterior manifestação, o INSS defendeu a necessidade de julgamento do presente Pedido de Providências, na forma como solicitado, por considerar que as medidas adotadas não atendem ao quanto requerido.

O Tribunal apresentou razões finais junto ao Ofício nº 72/2018 (Id nº 3106616).

Quando da inicial análise (Decisão Id nº 3500853), os pedidos formulados nos mencionados procedimentos (PP nº 8609-06.2017 e PP nº 9292-43.2017) foram julgados improcedentes.

Inconformados, o INSS e o Ministério Público Federal interpuseram seus respectivos recursos (Id nº 3540067 e Id nº 3544185), onde reiteram argumentos semelhantes àqueles lançados na inicial e pugnam pela procedência dos pedidos formulados na inicial.

Regularmente notificado, o Tribunal apresentou contrarrazões nos autos (Id nº 3557735 e Id nº 3554855).

É o relatório.



### Conselho Nacional de Justiça

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0009292-43.2017.2.00.0000

Requerente: ZELIA LUIZA PIERDONA

Requerido: JUÍZO DA 6ª VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP

### VOTO

#### CONHECIMENTO

Conforme análise já anteriormente realizada, os requerentes propuseram o presente procedimento administrativo objetivando que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) avalie o conteúdo de ato normativo que alterou o Código de Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (Provimento nº 30/2013), em especial no tocante aos artigos 355 e 356 do referido regulamento. Questionam, ainda, os valores estabelecidos na Portaria Conjunta nº 001/2015, publicada pelos Juízes de Direito das Varas de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital, para pagamento de honorários periciais nas causas de beneficiários da Justiça gratuita, dentre outros apontamentos.

Quanto aos requisitos de admissibilidade, verifica-se que os recursos são tempestivos e adequados aos requisitos regimentais deste Conselho, razão pela qual conheço ambos os recursos (PP nº 8609-06.2017 e PP nº 9292-43.2017), nos termos do artigo 115 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.

Contudo, examinando os autos, verifica-se que as alegações formuladas em sede recursal não são suficientes para a reforma da decisão combatida, a qual deve ser mantida por seus jurídicos fundamentos, cuja fundamentação abaixo reafirmo.

#### FUNDAMENTAÇÃO

Analisando, inicialmente, a PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2015 (ponto i), que estabeleceu os valores para pagamento de honorários periciais, verifica-se que a esta foi publicada nos seguintes termos:

*“PORTARIA CONJUNTA N.º 001/2015*

*Os Juizes de Direito das Varas de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital,*

*(...)*

**RESOLVEM ALTERAR** as remunerações previstas na Portaria Conjunta n.º 01/2012:

a) *A todos os exames realizados na Divisão de Perícias Acidentárias ou fora dela, inclusive os de oftalmologia, psiquiatria, otorrinolaringologia, ou, ainda, aqueles que incluam várias patologias indicadas na inicial e examinadas pelo mesmo perito – R\$ 560,00;*

b) *Inspeções Judiciais realizadas – R\$ 340,00;*

c) *Inspeções Judiciais não realizadas (presente o perito) – R\$ 291,45;*

d) *Vistoria no local de trabalho – R\$ 770,00.*

*Esta Portaria entra em vigor a partir de hoje”.*

*(grifo no original)*

De acordo os argumentos lançados na inicial, o citado ato normativo estabeleceu valores bem acima daqueles definidos pela Resolução nº 232/2016 deste Conselho, que define os parâmetros nacionais para as perícias, inspeções e vistorias realizadas nos feitos judiciais. Sustentam, em síntese, que não há nos processos judiciais em questão fundamento plausível que justifique a definição de valores superiores aos estabelecidos pelo CNJ. A par disso, postulam a revisão/alteração do referido ato normativo, para que o tribunal estabeleça valores inferiores para os procedimentos periciais em destaque.

Segundo a norma adjetiva civil (art. 464 do CPC), a perícia consiste em exames, vistorias ou avaliações que servirão de base para a apresentação de conhecimento científico acerca da matéria envolvida no litígio, portanto, pendente de apreciação pelo respectivo juízo. O professor Misael Montenegro Filho afirma que a “*perícia é espécie de prova que objetiva fornecer esclarecimentos ao magistrado a respeito de questões técnicas, que extrapolam o conhecimento científico do julgador, podendo ser de qualquer natureza e originada de todo e qualquer ramo do saber humano, destacando-se os esclarecimentos nas áreas de engenharia, da contabilidade, da medicina e da topografia*”[1][1].

Por ser considerada meio de prova complexo, exige do magistrado a observação de um conjunto de fatores para a sua concretização, os quais perpassam pela escolha e nomeação do perito, definição dos honorários, formulação dos quesitos, definição do prazo, dentre outros. Pode demandar, inclusive, a realização de exames mais especializados para compreensão do objeto investigado pelo próprio *expert* (art. 473, § 3º, CPC[2][2]), ou mesmo a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida (art. 480 do CPC[3][3]); sempre a depender da realidade de cada caso concreto em avaliação pelo respectivo magistrado, a quem compete o exame de tais circunstâncias.

Diante da sua característica como instrumento de prova, o instituto processual em análise é utilizado pelas partes e pelo magistrado para compreensão da causa e afirmação da tese sobre o objeto em litígio. A par disso, recebe tratamento específico na legislação, dada a sua relevância para o processo e a necessidade de alcance da verdade dos fatos.

O Código de Processo Civil (Lei nº 15.105/2015), em seus artigos 464 ao 480, apresenta os procedimentos detalhados para realização da prova pericial, com abordagem ampla para atendimento de suas várias nuances. Particularmente com relação ao valor ser pago a título de honorários periciais realizados por particular nas causas que envolvam beneficiários da justiça gratuita, o art. 95 do CPC assim determina:

## **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

### *“Seção III*

#### *Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas*

*(...)*

*Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes.*

*§ 1º O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente.*

*§ 2º A quantia recolhida em depósito bancário à ordem do juízo será corrigida monetariamente e paga de acordo com o art. 465, § 4o.*

*§ 3º Quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, ela poderá ser:*

*I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado;*

*II - paga com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal, no caso de ser realizada por particular, hipótese em que o valor será fixado conforme tabela do tribunal respectivo ou, em caso de sua omissão, do Conselho Nacional de Justiça.*

*§ 4º Na hipótese do § 3o, o juiz, após o trânsito em julgado da decisão final, oficiará a Fazenda Pública para que promova, contra quem tiver sido condenado ao pagamento das despesas processuais, a execução dos valores gastos com a perícia particular ou com a utilização de servidor público ou da estrutura de órgão público, observando-se, caso o responsável pelo pagamento das despesas seja beneficiário de gratuidade da justiça, o disposto no art. 98, § 2o.*

*§ 5o Para fins de aplicação do § 3o, é vedada a utilização de recursos do fundo de custeio da Defensoria Pública”.*

*(grifo não no original)*

Como se observa, quando a perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça e sendo hipótese de realização por particular, como no caso ora em apreço, o pagamento pelos honorários periciais deverá observar os valores fixados pelo respectivo tribunal de origem. Apenas quando inexistir parâmetros definidos internamente, ou seja, quando da omissão do tribunal, é que deverá o magistrado observar tabela do Conselho Nacional de Justiça, que atualmente segue junto à Resolução nº 232 do CNJ.

De acordo com o CPC, os valores definidos em cada tribunal preferem processualmente àqueles planejados pelo CNJ, cuja tabela só será utilizada no caso de omissão.

Entrementes, além de garantir a parcela autonomia dos tribunais, o legislador ordinário objetivou assegurar a aplicação das particularidades de cada região para fixação dos honorários periciais, sabidamente constituídas pelos diferentes níveis de desenvolvimento humano, social e econômico, bem ainda pelas diferenças regionais/geográficas que influenciam na realização do ato.

No caso, é certo que os valores fixados junto à Resolução nº 232/2016 tencionam a uniformização do tema frente aos diversos tribunais, pois planejados para definição de parâmetros mínimos de aceitação e conveniência.

O CNJ, contudo, não se afastou das diretrizes e dos limites impostos pela legislação de regência, pois além de reconhecer a possibilidade de o valor dos honorários periciais ultrapassar o limite fixado em até 5 (cinco) vezes, quando a especificidade do caso exigir e desde que de forma fundamentada (§ 4º), a resolução claramente assegurou a aplicação dos valores ali planejados para os casos de “*omissão*” do tribunal (art. 2º, § 2º, da Resolução CNJ 232). Garantiu, ainda, a possibilidade de reajuste anual destes valores, com previsão para o mês de janeiro e observada a variação do IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial).

Vejamos:

#### RESOLUÇÃO CNJ N.º 232/2016

*“Art. 2º O magistrado, em decisão fundamentada, arbitrará os honorários do profissional ou do órgão nomeado para prestar os serviços nos termos desta Resolução, observando-se, em cada caso:*

*I - a complexidade da matéria;*

II - o grau de zelo e de especialização do profissional ou do órgão;

III - o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço;

IV - as peculiaridades regionais.

§ 1º O pagamento dos valores de que trata este artigo e do referente à perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça será efetuado com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal.

§ 2º Quando o valor dos honorários for fixado em montante superior aos definidos em tabela oficial, seu pagamento, a ser realizado pelos cofres públicos, estará limitado àqueles valores estabelecidos **por cada Tribunal** ou, na sua falta, pelo CNJ, conforme anexo.

§ 3º Em sendo o beneficiário da justiça gratuita vencedor na demanda, a parte contrária, caso não seja beneficiária da assistência judiciária, deverá arcar com o pagamento integral dos honorários periciais arbitrados.

§ 4º O juiz, ao fixar os honorários, **poderá ultrapassar o limite fixado na tabela em até 5 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada.**

§ 5º Os valores constantes da tabela anexa **serão reajustados, anualmente, no mês de janeiro, pela variação do IPCA-E**".

Na análise do caso concreto, após devidamente provocado pelas partes e por este Conselho, o TJSP demonstrou interesse na equalização do tema, conforme se evidencia na audiência de conciliação aqui realizada em 22.02.2018 (Id nº 2354026).

Na oportunidade, o Tribunal informou que dirigiu expressa recomendação aos Juízes de Direito do Estado de São Paulo, com competência acidentária, para observação dos parâmetros fixados na Resolução nº 232/2016 do CNJ. Comunicou, igualmente, a necessidade de observação dos padrões insertos nos artigos 35 a 45 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça e ao disposto na Resolução nº 233/2016, também deste Conselho.

Vejamos:

**"COMUNICADO CG n.º 525/2018**

**(Processo n.º 2017/224482)**

A Corregedoria Geral da Justiça **RECOMENDA** aos Meritíssimos Juízes de Direito do Estado de São Paulo com competência acidentária, a observância da Resolução 232, de 13 de julho de 2016 do Conselho Nacional de Justiça.

**COMUNICA**, ainda, que no tocante às nomeações dos profissionais e órgãos técnicos aptos à realização das perícias, atente-se aos artigos 35 a 45 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça e ao disposto na Resolução 233, de 13 de julho de 2016 do Conselho Nacional de Justiça.

**COMUNICA**, finalmente que encontra-se disponível no link <http://www.tjsp.jus.br/Corregedoria/Corregedoria/OrientacoesCorregedoria.modelo.de.portaria.para.regularizacao.da.remuneracao.das.pericias.acidentarias>".

Alinhando a deliberação do TJSP aos preceitos normativos supramencionados, os Juízes de Direito das Varas de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital alteraram a questionada Portaria Conjunta n.º 001/2015, também com o objetivo de adequação aos preceitos da Resolução n.º 232/2016 do CNJ.

O novo ato trata-se da **Portaria Conjunta n.º 01/2018** (Id nº 3103616), publicada em 21 de maio de 2018 com o seguinte teor:

**"PORTARIA CONJUNTA N.º 01/2018**



*Os Juizes de Direito das Varas de Acidentes do Trabalho da Capital, no uso de suas atribuições legais*

*(...)*

**RESOLVEM:**

*1) Fixar em R\$ 406,65 o valor das perícias medidas que forem realizadas entre 01/01/2018 até 31/12/2018;*

*2) Determinar que seja realizado, todo mês de janeiro de cada ano, novo reajuste do valor fixado no item anterior, nos termos do art. 2º, §5º da Resolução 232/CNJ, levando-se em conta o valor acumulado do IPCA-E para o ano anterior, passando o novo valor a ser cobrado para todas as perícias médicas a serem realizadas naquele ano, cabendo à central de perícias, no primeiro dia útil do mês de janeiro de cada ano, proceder à atualização do valor e informar a todas as varas acidentárias;*

*3) Manter os valores para inspeções judiciais realizadas – R\$ 340,00 e para inspeções judiciais não realizadas por não comparecimento do autor na audiência, embora presente o perito em R\$ 291,45, eis que inferiores ao valor da Tabela Anexa à Resolução 232/CNJ;*

*4) Fixar o valor da vistoria no local de trabalho, de acordo com o constante no Anexo da Resolução já citada (item 3.3 – Outras) em R\$ 406,65 até 31/12/2018, aplicando-se às vistorias o mesmo critério de atualização constante do item '2' desta Portaria, sem prejuízo de ser fixado valor superior, caso a caso, a critério do Juiz da causa, nos termos do disposto no artigo 2º, caput, da Resolução CNJ nº 232/2016, até o limite previsto no §4º do mesmo artigo.*

*Encaminhe-se cópia aos MM. Juizes Auxiliares das Varas de Acidentes do Trabalho da Capital; aos Coordenadores dos offices de Acidentes do Trabalho da Capital, à Divisão de Perícias Acidentárias da Capital onde deverá ser afixada para conhecimento de todos os peritos e assistentes técnicos, bem como encaminhe-se, via ofício, à Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, à Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e à Procuradoria Regional do Instituto Nacional do Seguro Social.*

*Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.*

*São Paulo, 21 de maio de 2018”.*

*(grifo no original)*

**Analisando o novo regramento, denota-se que os novos valores estabelecidos na portaria observaram aqueles fixados na Resolução CNJ nº 232/2016, com atualização pelos padrões e índices especificados no referido ato, pois a correção efetivada seguiu índice IPCA-E, indicado na própria Resolução deste Conselho.**

**Assim, no tocante aos valores estabelecidos para pagamento dos honorários periciais, e sem olvidar dos preceitos do Código de Processo Civil que asseguram preferência aos valores fixados internamente (art. 95, § 3º, II), verifica-se que a nova portaria possui escorreita adequação aos parâmetros da Resolução nº 232/2016 deste Conselho (art. 2º, §§ 4º e 5º).**

**Por oportuno, pontue-se que a possibilidade de majoração dos honorários periciais em até 5 (cinco) vezes o valor da tabela é matéria de cunho eminentemente jurisdicional, cuja o exame de avaliação e conveniência cabe exclusivamente ao magistrado competente, pois circunscrito à realidade do respectivo caso concreto, descabendo qualquer intervenção deste Conselho neste particular.**

**Cite-se:**

**“PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS PERICIAIS. MAJORAÇÃO COM SUPORTE NO § 4º DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 232/2016. POSSIBILIDADE.**

*1. Agravo de Instrumento manejado pelo INSS em face da decisão que indeferiu o pedido de redução dos honorários periciais, mantendo-se a sua fixação em três vezes o valor máximo da tabela do CNJ.*

*2. A Resolução CNJ nº 232/2016, em seu art. 2º, estatui que "o magistrado, em decisão fundamentada, arbitrará os honorários do profissional ou do órgão nomeado para prestar os serviços nos termos desta Resolução, observando-se, em cada caso: I - a complexidade da matéria; II - o grau de zelo e de especialização do profissional ou do órgão; III - o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço; IV - as peculiaridades regionais".*

*3. No seu § 4º, a citada Resolução dispõe que "o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela em até 5 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada."*

*4. Na Tabela anexa à referida Resolução, consta, para o caso em apreço, o valor de R\$ 300,00 de honorários para os serviços de psicologia.*

5. O MM. Juiz "a quo", em seu r. "decisum" agravado, majorou a importância a título de honorários periciais, para três vezes o máximo da tabela do CNJ, de forma fundamentada, em obediência ao § 4º do art. 2º da referida Resolução. Agravo de Instrumento improvido".

(TRT5 – Agravo de Instrumento n.º 0807151-46.2016.4.05.0000. Relator DES. FEDERAL CID MARCONI - 3ª TURMA. Julgado em 15.12.2016)

No exame do questionado PROVIMENTO N° 30/2013 (ponto ii), que alterou os artigos 355 e 356 do Código de Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, também sem razão os requerentes.

Sustentam os requerentes que a norma impõe ao INSS o ônus financeiro de arcar com "exames complementares" realizados em clínicas particulares, quando da simples solicitação pelos peritos ou assistentes técnicos. Aduzem, em geral, que os autores dos processos judiciais possuem os meios financeiros necessários para pagar pelos exames, possuindo até mesmo plano de saúde, e que, em muitos casos, os exames solicitados já se encontram nos autos dos processos respectivos.

O ato normativo impugnado (Provimento n° 30/2013) foi recentemente alterado pelo Provimento n° 07/2018, publicado em 19.02.2018. No novo instrumento, o Tribunal consigna o objetivo de adequação aos dispositivos legais e regulamentares, notadamente aqueles constantes do CPC e da Resolução CNJ n° 232/2016.

Vejamos:

**"PROVIMENTO CG N.º 07, DE 15.02.2018**

O Desembargador **GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO**, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

(...)

**RESOLVE:**

Art. 1º O art. 355 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passa a vigorar com as seguintes alterações:

**"Art. 355. Os exames e serviços subsidiários ou complementares, simples ou complexos, serão solicitados justificadamente pelos peritos ou assistentes técnicos ao magistrado, que designará a clínica dentre aquelas cadastradas no Portal do Tribunal de Justiça, nos termos dos artigos 35 a 45 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.**

**§ 1º A necessidade de todo e qualquer exame ou serviço subsidiário ou complementar, simples ou complexo, deverá ser informada nos autos para ciência das partes e eventual deliberação pelo magistrado.**

**§ 2º Na impossibilidade de realização do exame requisitado, caberá à Clínica informar imediatamente ao Juízo e ao perito, para que seja designada outra Clínica pelo magistrado, nos termos do 'caput', ou para que o perito aponte outro exame, indicando minuciosamente as providências que considerar necessárias.**

Art. 2º O art. 356 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 356. Os exames e serviços referidos no artigo anterior serão antecipados pelo INSS, nos termos do artigo 8º, §2º, da Lei nº 8.620/93, na forma do parágrafo único do art. 129 da Lei nº 8.213/1991 e seu Decreto Regulamentador 3.048/99 (artigo 344, inciso II e parágrafo único), observando-se, ainda, o disposto na Resolução 232/2016 do Conselho Nacional de Justiça.**

**§ 1º Não há convênio entre o Poder Judiciário, coordenador do pagamento e as clínicas, que aderem à sistemática existente.**

**§ 2º As clínicas não têm garantia de manutenção dos serviços que prestam caso a caso e devem estar cadastradas no Portal do Tribunal de Justiça.**

**§ 3º O escrivão do setor de perícias acidentárias elaborará, até o 2º dia útil do mês subsequente, as relações dos serviços prestados pelas clínicas, encaminhando-as às Varas de Acidentes do Trabalho, que as remeterão ao INSS para pagamento.**

*Art. 3º Esse provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.*

Como se observa, além da alteração promovida implicar na “*prejudicialidade*” do ato impugnado, conforme entendimento pacífico no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADI 1.445-QO/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ 29.4.2005; ADI 4061 ED, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 19/08/2015), a nova regulamentação consigna expressamente a necessidade de prévia solicitação judicial para todo e qualquer pedido de exame complementar pericial, simples ou complexo, cuja análise de oportunidade e conveniência caberá ao respectivo magistrado, que decidirá sobre o seu deferimento e respectivo ônus financeiro para implementação da medida (art. 355).

Assim, de acordo com o novo regramento, o pedido de exame complementar será formalizado nos autos do processo judicial, para análise pelo juiz competente, a quem caberá definir as formalidades do ato.

Essa realidade demonstra, de forma elucidativa, que o questionado exame complementar pericial, sua conformação legal e/ou conveniência para aplicação em determinado caso, perpassa necessariamente pelo juízo de valor do magistrado que decidirá sobre a demanda, que proferirá decisão de natureza eminentemente jurisdicional acerca da realização ou não do citado exame complementar. Não se olvida que a decisão retro decorre da prerrogativa do livre convencimento motivado do magistrado, construído a partir da análise do caso concreto e consubstanciado na interpretação das normas jurídicas aplicáveis ao caso em exame (art. 131 e 436 do CPC). Ministre-se, ainda, que o art. 473, § 3º, do CPC também assegura ao perito, no desempenho de sua função, a possibilidade de valer-se de todos os meios necessários ao esclarecimento do objeto da perícia, observadas as particularidades de cada caso em juízo.

Denota-se, por conseguinte, que a responsabilidade para custeio de um possível exame complementar pericial decorre de matéria jurisdicional, a qual não comporta intervenção do Conselho Nacional de Justiça, sob pena de indevida intromissão na seara judicial. Para o caso, tem-se que a natureza exclusivamente administrativa das atribuições conferidas pela norma constitucional (art. 103-B, § 4º, da CF/88) impede que o CNJ aprecie questão discutida em sede jurisdicional.

**Precedentes do Plenário deste Conselho neste sentido:**

***“RECURSO ADMINISTRATIVO EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MATÉRIA JURISDICIONAL. NÃO INTERVENÇÃO DO CNJ. RECURSO DESPROVIDO.***

*I. Ausentes indícios de conduta caracterizadora de infração aos deveres funcionais da magistratura, a irresignação acerca de conteúdo de decisão judicial deve ser impugnada por meio de instrumentos processuais próprios.*

*II. A natureza exclusivamente administrativa das atribuições conferidas pela norma constitucional (art. 103-B, §4º, da CF/88) impede que o Conselho Nacional de Justiça aprecie questão discutida em sede jurisdicional.*

*III. Ausência nas razões recursais de argumentos capazes de abalar os fundamentos da decisão combatida.*

*IV. Recurso conhecido e desprovido”.*

(CNJ - RA – Recurso Administrativo em PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0009359-08.2017.2.00.0000 - Rel. LUCIANO FROTA - 267ª Sessão Ordinária - j. 06/03/2018 ).

***“RECURSO EM SEDE DE PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. PORTARIA QUE DISCIPLINA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS EM JUIZADO ESPECIAL. QUESTÃO PREVIAMENTE JUDICIALIZADA. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO.***

*I. Recurso contra decisão monocrática que não conheceu do procedimento em razão da prévia judicialização da matéria.*

*II. A pretensão diz respeito à legalidade de portaria que alegadamente impediria a permanência de advogado durante perícias médicas realizadas em juizado especial federal.*

***III. Matéria previamente judicializada por meio de mandado de segurança, afastando a competência do CNJ.***

*IV. Pedido de intimação de entidade de classe para assumir o polo ativo da demanda que, além de incabível, configura indevida inovação da pretensão em sede recursal.*

*IV. Inexistindo, nas razões recursais, qualquer elemento novo capaz de alterar o entendimento adotado, a decisão monocrática combatida deve ser mantida.*

*V. Recurso conhecido, uma vez que tempestivo, mas que, no mérito, nega-se provimento”.*

(CNJ - RA – Recurso Administrativo em PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0001897-63.2018.2.00.0000 - Rel. IRACEMA DO VALE - 276ª Sessão Ordinária - j. 21/08/2018).

Relevante observar, ademais, que pontual questionamento acerca da responsabilidade para pagamento de exames periciais complementares, realizados em clínicas particulares do Estado de São Paulo e em demandas envolvendo beneficiários da justiça gratuita, já foi objeto de deliberação pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, a caracterizar a prévia “judicialização” da demanda. Na oportunidade, o Exmo. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, em decisão monocrática, condenou o Estado no pagamento das despesas processuais advindas de exames médicos complementares[4]

Vejamos:

## STJ

“AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **HONORÁRIOS PERICIAIS E DESPESAS PROCESSUAIS ADVINDAS DE EXAMES MÉDICOS COMPLEMENTARES. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. DEVER DE GARANTIR O ACESSO À JUSTIÇA E PRESTAR ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PRECEDENTES. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO INSS. 1. Agrava-se de decisão que não admitiu Recurso Especial interposto pelo INSS, com base na alínea a do art. 105, III da Constituição Federal, no qual se insurge contra acórdão do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 2. Em seu Apelo Especial inadmitido, sustenta o recorrente violação dos arts. 267, VI, 333, I e 535 do CPC, bem como 8o., § 2o. da Lei 8.620/93, aos seguintes fundamentos: (a) o acórdão recorrido, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, permaneceu omisso; e (b) a lei determina somente a antecipação dos honorários periciais por parte da Autarquia e não de todas as despesas processuais, como a de realização de exame médico complementar. Assevera que, sendo a parte autora beneficiária da justiça gratuita, cabe ao Estado, a quem foi conferido o dever constitucional de prestar assistência judiciária, e não ao INSS, custear todas as despesas processuais, inclusive os exames médicos solicitados pelo expert. Defende que não estão compreendidas no conceito de honorários periciais as despesas processuais advindas de exames médicos complementares. 3. A irrisignação merece prosperar. 4. O entendimento manifestado pelo acórdão recorrido encontra-se em dissonância com a orientação jurisprudencial desta Corte de que, na hipótese em que houver a nomeação de perito judicial e a parte for beneficiária da assistência judiciária, cabe ao Estado arcar com os honorários periciais e consequentemente com as despesas processuais advindas de exames médicos complementares. A propósito, os seguintes julgados: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. DECRETO N. 20.910/32. JUSTIÇA GRATUITA. BENEFICIÁRIO SUCUMBENTE. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. (...). 3. A jurisprudência majoritária desta Corte comunga do entendimento de que o ônus de arcar com honorários periciais na hipótese em que a sucumbência recai sobre o beneficiário da assistência judiciária deve ser imputado ao estado, que tem o dever constitucional de prestar assistência judiciária aos hipossuficientes. Precedentes: REsp 1.245.684/MG, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 16.9.2011; REsp 1.196.641/SP, Rel. Min. Castro Meira, DJe 1º.12.2010; e AgRg no Ag 1.223.520/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 11.10.2010. Agravo regimental improvido (STJ - AgRg no REsp 1.274.518/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 7.3.2012). 2 2 2 PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. BENEFICIÁRIO SUCUMBENTE. **PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS. RESPONSABILIDADE DO ESTADO.** 1. A presente ação de cobrança foi movida por perito judicial em desfavor do Estado de São Paulo, almejando o pagamento de honorários periciais supostamente devidos, em decorrência da prestação de serviços requeridos ao magistrado por partes sucumbentes, as quais gozavam do benefício da assistência judiciária gratuita em litígios nos quais a ora recorrente não figurou em qualquer dos polos. 2. O perito não pode sujeitar-se à prestação graciosa do serviço. A obrigação de pagar os préstimos na hipótese em que a sucumbência recai sobre o beneficiário da assistência judiciária deve ser imputada ao Estado, que tem o dever constitucional de prestar assistência judiciária àqueles que não possuem condições de arcar com gastos dessa natureza (CF, art. 5o. LXXIV). Precedente: AgA 1.223.520/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 11.10.10. 3. Recurso especial não provido (REsp. 1.196.641/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 1.12.2010). 5. Diante dessas considerações, conhece-se do Agravo e dá-se provimento ao Recurso Especial do INSS para condenar o Estado de São Paulo ao pagamento das despesas processuais advindas de exames médicos complementares. 6. Publique-se. Intimações necessárias. Brasília, 19 de junho de 2018. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO MINISTRO RELATOR”.**

(STJ - AREsp: 888044 SP 2016/0071996-1, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Publicação: DJ 25/06/2018)

Em continuação, o requerimento para que o Tribunal (ou mesmo o CNJ) edite ato normativo que discipline a requisição de “*exames complementares*” para a prova pericial, vedando a sua realização às expensas do INSS (ponto iii), não comporta plausibilidade.

Como elemento ou meio hábil necessário para demonstrar a existência de um fato, os instrumentos de prova possuem significativa relevância para o processo judicial, pois, por meio deles, pode o Estado extrair a certeza (estado psíquico) necessária para o julgamento da demanda. Essa importância guarda estreita ligação com a necessidade de alcance da verdade possível dos fatos controvertidos em litígio, que permitirá ao juiz firmar solução que melhor atenda ao direito das partes.

Contudo, apesar de objetivar a apresentação mais próxima à realidade dos fatos, os meios de prova devem ser lícitos e conformados de acordo com a legislação de regência. Devem estar revestidos dos princípios da moralidade e da transparência, além de existir a necessidade de serem obtidos de forma legal. Esta assertiva decorre do fato de que a convicção do juiz deve ser estabelecida segundo meios ou instrumentos reconhecidos pelo direito como idôneos, isto é, conforme as provas juridicamente admissíveis.

Nessa esteira, as regras sobre os instrumentos probatórios considerados válidos pelo Direito não regulam apenas os meios de que o juiz pode servir-se para “descobrir a verdade”. Em verdade, as normas também traçam limites à atividade probatória, tornando inadmissíveis certos meios de prova (ilícitas), resguardando outros interesses (como a intimidade, o silêncio, etc.) ou ainda condicionando a eficácia do meio probatório à adoção de certas formalidades, como o uso de instrumento público adequado.

É certo que os instrumentos de prova são previstos objetivamente na norma adjetiva (artigos 369 a 484 do CPC); não obstante, além deles, a lei permite outros não especificados, desde que “*moralmente legítimos*” (art. 369). Assim, considerando já possuir prévio tratamento normativo perante do Código de Processo Civil (artigos 464 ao 480), com abordagem pormenorizada, qualquer atualização ou incremento na regulamentação do instituto processual em análise (perícia) deve observar sua regular forma, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade.

De acordo com as lições de Humberto Theodoro Jr., “(...) *toda prova há de ter um objeto, uma finalidade, um destinatário, e deverá ser obtida mediante meios e métodos determinados*”<sup>[5][5]</sup>. Tal hermenêutica possui substrato no próprio texto constitucional, cujo artigo 5º, inciso LVI, reputa como inadmissível para o processo todas as provas obtidas por meios ilícitos.

Nessa esteira, tem-se que o acréscimo normativo pretendido, que objetiva consignar expressa vedação da requisição de exames complementares às expensas do INSS, tenciona a criação de direitos e obrigações que devem seguir conforme disposto no texto constitucional, cujo art. 22, inciso I, expressamente reconhece competir privativamente à União legislar sobre direito processual.

A conclusão supra decorre dos efeitos abrangentes e uniformes da norma adjetiva, que deve ser construída com alcance geral e abstrato, e não apenas com nuances locais para aplicação por um único tribunal.

Conclui-se, assim, que o pedido em análise extrapola o poder regulamentar constante do art. 95, § 2º, inciso II, do Código de Processo Civil.

Precedente neste sentido:

*“RECURSO ADMINISTRATIVO EM PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. REGULAMENTAÇÃO DO ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA AOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO. AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA CARECE DE COMPETÊNCIA PARA EDITAR O ATO NORMATIVO, SOB PENA DE EXTRAPOLAR SEU PODER REGULAMENTAR. PROVIMENTO NEGADO.*

1. Embora previstos nos arts. 70 e 71 da Lei 8.112/90, o adicional de atividade penosa ainda se encontra pendente da edição de lei destinada a regular as situações em que seria devido.

2. Necessidade de legislação complementar específica para estabelecer quais as situações que ensejam a concessão do adicional, o que não pode ser suprido por simples regulamento de execução previsto no art. 71 da Lei 8.112/90. Norma

*que está submetida a regra do art. 70, que exige a edição de lei específica.*

*3. O CJF e o CSJT, ao apreciarem os pedidos de regulamentação do adicional de atividade penosa, entenderam que a disciplina da matéria está reservada à legislação específica.*

*4. **Em face da ausência de legislação específica que regule a matéria, este Conselho Nacional de Justiça não possui competência para editar o ato normativo requerido, sob pena de extrapolar seu Poder Regulamentar.***

*5. Recurso conhecido e que se nega provimento”.*

(CNJ - RA – Recurso Administrativo em PP - Pedido de Providências - Conselheiro - 0007271-02.2014.2.00.0000 - Rel. ARNALDO HOSSEPIAN - 23ª Sessão Virtual - j. 23/06/2017).

Não se olvida, ademais, que a matéria encontra abordagem no Código de Processo Civil, cujo o art. 95, § 3º, II, dispõe que cabe ao Estado o pagamento pela perícia no caso de beneficiário da gratuidade da justiça, da qual o exame complementar é acessório. Semelhante encargo está positivado junto ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 8.620/93, onde consigna que “(...) o INSS antecipará os honorários periciais nas ações de acidente do trabalho”. Destaque-se que o próprio Manual de Perícias Médicas do INSS[6][6] reconhece a importância dos exames complementares para a definição do laudo pericial, facultando sua requisição quando indispensável para o caso e de acordo com a especialidade.

Entrementes, porventura ausente tratamento específico para efetividade da prova pericial, deve o questionamento ser objeto de solução na esfera judicial, como atualmente ocorre; quando, então, poderá o magistrado deliberar à luz da legislação de regência e sempre com observância dos critérios interpretativos que entender aplicáveis.

No tocante à pretendida regulamentação para devolução dos valores adiantados a título de honorários periciais, quando nos casos em que o resultado final da demanda for favorável ao INSS (ponto iv), também sem razão os requerentes.

De acordo com a legislação, o pedido de ressarcimento de valores deve ser apresentado pela sua regular forma, ou seja, nos autos do processo judicial para deliberação pelo respectivo juízo, conforme expressamente dispõe o art. 95, § 4º, do Código de Processo Civil:

*“Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes.*

*(...)*

*§ 3º Quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de **beneficiário de gratuidade da justiça**, ela poderá ser:*

*I - custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e realizada por servidor do Poder Judiciário ou por órgão público conveniado;*

*II - paga com recursos alocados no orçamento da União, do Estado ou do Distrito Federal, no caso de ser realizada por particular; hipótese em que o valor será fixado conforme tabela do tribunal respectivo ou, em caso de sua omissão, do Conselho Nacional de Justiça.*

*§ 4º Na hipótese do § 3º, o juiz, após o trânsito em julgado da decisão final, oficiará a Fazenda Pública para que **promova, contra quem tiver sido condenado ao pagamento das despesas processuais, a execução dos valores gastos com a perícia particular** ou com a utilização de servidor público ou da estrutura de órgão público, observando-se, caso o responsável pelo pagamento das despesas seja beneficiário de gratuidade da justiça, o disposto no art. 98, § 2º”.*

Assim, existe na legislação tratamento específico estabelecendo forma definida para a pretendida devolução dos valores adiantados para custeio da perícia judicial (e respectivos exames complementares), inclusive quando nos casos de responsabilidade de beneficiário da justiça gratuita (art. 98, § 2º). Na hipótese, o CPC expressamente consigna que, após o trânsito em julgado da decisão final, deverá o magistrado oficial a Fazenda Pública para que promova a execução dos valores gastos com a perícia particular.

O tratamento normativo pontua forma (execução) e tempo processual adequados (após o trânsito em julgado) para a pretendida devolução dos valores adiantados a título de honorários periciais; realidade que se aplica mesmo na hipótese de beneficiário da justiça gratuita, cujo ônus sucumbencial também se opera, por força do disposto no art. 98, § 2º do CPC.

Verifica-se, ademais, que a pretendida devolução dos valores adiantados a título de perícia (principal) e exames complementares (accessório), cuida de matéria processual cuja regulamentação perpassa, igualmente, pela competência inserta no art. 22, inciso I, da Constituição da República; decorrente, ainda, de decisão de natureza jurisdicional.

Relativamente ao procedimento de escolha dos agentes designados para realização das perícias judiciais (ponto v), não se vislumbra nos documentos acostados a imputada irregularidade.

Como cediço, o artigo 465 do CPC[2][7] confere ao magistrado o encargo de nomear o perito especializado no objeto da perícia para atuação nos processos de sua competência.

A referida incumbência deve guardar compatibilidade com os demais dispositivos que tratam do tema, em especial o art. 156, § 1º, do CPC, que vincula a respectiva nomeação dentre os profissionais habilitados e devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual está vinculado. E ainda, além do artigo 471[8][8] facultar às partes a possibilidade de escolha o perito, quando de comum acordo e para as causas que possam ser resolvidas por autocomposição; pode a nomeação ser de livre escolha pelo juiz quando na localidade não houver inscrito no cadastro (art. 156, § 5º).

Mesmo quando realizada dentre os profissionais que constam do respectivo cadastro, a indicação deve observar os estreitos limites da área de conhecimento do objeto a ser periciado (especialidade da matéria demandada), bem como a comprovada capacidade técnica do agente indicado (expertise), conforme disposto no art. 157, §2º, do CPC.

Ocorre, contudo, que para definição do agente que irá funcionar como auxiliar da justiça, não basta ser o perito especializado em determinada área do conhecimento técnico-científico. O agente deve ser detentor, ainda, da necessária confiança do juízo ao qual prestará seus serviços, que avaliará o requisito da comprovada capacidade técnica. Entrementes, para que se dê eficiente suporte ao julgador e se produza a prova pericial adequada, faz-se necessária a nomeação de especialista que seja efetivamente capaz de produzir abalizado parecer, que se respalda nos seus atributos técnicos e sua expertise, sem os quais a segurança da prova técnica produzida perde a sua força e almejada credibilidade.

Frise-se que credibilidade da prova pericial possui correlação direta com a almejada consecução da justiça para o caso concreto.

Ciente dos parâmetros acima e objetivando regulamentar a norma adjetiva, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 233/2016, que dispôs sobre a criação do cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus.

A mencionada resolução, ao tempo em que dispõe sobre a criação e a manutenção do cadastro dos profissionais/órgãos interessados, reitera a orientação de que *“cabe ao magistrado, nos feitos de sua competência, escolher e nomear profissional para os fins do disposto nesta Resolução”* (art. 9º). Relativamente à forma, assevera que a escolha se dará por nomeação direta ou por sorteio, a critério do próprio magistrado (§ 1º). E ainda, confirmando a orientação já acima exposta, a Resolução CNJ nº 233/2016 consigna expressamente que caberá ao juiz selecionar profissionais de sua confiança, mesmo que dentre aqueles regularmente cadastrados (§ 2º).

Como se denota, vários são os fatores que importam para a escolha do auxiliar da justiça.

Em compasso com as circunstâncias acima delineadas, é sabido que o Código de Processo Civil (art. 157, § 2º) e a Resolução CNJ nº 233/2016 (art. 9º, § 2º) reconhecem a necessidade de a nomeação observar critério equitativo.

Contudo, a despeito da imputação de um possível desequilíbrio na indicação dos peritos no âmbito do Tribunal requerido, inclusive com apresentação de quadro comparativo com as despesas efetuadas por perito/clínicas, a análise dos critérios legais e regulamentares aplicáveis ao caso (especialidade, capacidade técnica, confiança do juízo) não nos permite concluir por qualquer ingerência ou irregularidade no procedimento. Para o caso, o comparativo citado na inicial não apresenta correspondência aos requisitos aplicáveis, pois deixa de enfrentar as particularidades do referido ato, cuja complexidade se denota.



A título de exemplo, em consulta disponível junto ao “Sistema de Gerenciamento de Auxiliares da Justiça” organizado pelo TJSP[9][9] em atenção ao disposto no CPC (art. 156, § 1º) e na Resolução n.º 233/2016 do CNJ (art. 1º), que preconizam a manutenção de cadastro pelos tribunais (<http://www.tjsp.jus.br/AuxiliaresdaJustica>), e utilizando-se dos dados apresentados pelos próprios requerentes em quadro comparativo lançado na inicial (PP n.º 9292-43 - inicial), verifica-se que enquanto o perito Médico do Trabalho “Nikolai Jarcew Junior” (pequena receita) é especializado em reumatologia, o perito “Alfredino Queiroz Mazzariol” (grande receita) é especialista em ortopedia e traumatologia. Já a perita “Rita de Cássia Soler” (média receita) é médica com atuação em otorrinolaringologia e em medicina estética.

De igual forma, a análise das clínicas citadas não apresenta aprofundamento quanto às respectivas áreas de atuação e especialidades, não permitindo concluir pela imputada desproporcionalidade.

Entrementes, o questionamento posto, em razão da sua complexidade, demanda a verificação conjunta dos inúmeros fatores aqui apresentados: especialidade, capacidade técnica, confiança do juízo, credibilidade dos trabalhos desenvolvidos e disponibilidade do perito/clínica, dentre outros. Circunstâncias que sabidamente podem justificar a maior frequência na designação de um profissional/laboratório ou outro.

Em continuação, no tocante à pretendida regulamentação, pelo Conselho Nacional de Justiça, de mecanismos de avaliação e controle dos trabalhos realizados pelos peritos, verifica-se que o tratamento normativo inserto na Resolução CNJ n.º 233/2016 (art. 5º, § 2º) atende ao quanto disposto no Código de Processo Civil (art. 156, § 3º). A Resolução reconhece competir a cada tribunal, no âmbito de sua autonomia e observada suas condições e particularidades, realizar avaliações e reavaliações periódicas para manutenção do cadastro dos auxiliares da justiça.

Por fim, quanto à questionada manutenção do Juiz de Direito Paulo Mondadori Florence como responsável pela atividade correicional das Varas Acidentárias da Capital (ponto vi), registre-se que compete privativamente aos tribunais dispor sobre o funcionamento dos seus respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos, bem como a função de organizar suas secretarias e serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados (art. 96, inciso I, da Constituição da República).

Em respeito à autonomia constitucionalmente assegurada aos tribunais, bem ainda, inexistindo nos autos imputação de falha ou desvio funcional que possa justificar a pretendida alteração na organização do tribunal, descabida a pretendida atuação deste Conselho neste particular.

Porventura apresentados elementos fáticos e/ou jurídicos que possam ensejar falha na atuação funcional do magistrado, deve a parte interessada se valer dos mecanismos adequados para apresentação perante a Corregedoria Nacional de Justiça, competente para apreciação da matéria disciplinar.

## CONCLUSÃO

Assim, considerando todas as circunstâncias acima apresentadas, verifica-se que a decisão monocrática aqui proferida se amolda de forma adequada ao disposto no art. 25, X, do RICNJ.

Por essas razões, conheço do Recurso Administrativo para negar-lhe provimento, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Brasília/DF, data registrada no sistema.

Arnaldo Hossepian Junior

Conselheiro Relator



[1] [1] MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil – teoria geral do processo e processo de conhecimento. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011, v. 1, p. 497.

[2] [2] CPC – “Art. 473. O laudo pericial deverá conter: (...) § 3o Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia”.

[3] [3] CPC – “Art. 480. O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida”.

[4] [4] [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=84752706&num\\_registro=201600719961&data=20180625&tipo=0&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=84752706&num_registro=201600719961&data=20180625&tipo=0&formato=PDF)

[5] [5] Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Processual Civil, Volume 1, 52ª ed., 2011;

[6] [6] [http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/438067/RESPOSTA\\_RECURSO\\_2\\_manualpericiamedica%20\(1\).pdf](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/438067/RESPOSTA_RECURSO_2_manualpericiamedica%20(1).pdf);

[7] [7] CPC – [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)

[8] [8] “Art. 471. As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que: I - sejam plenamente capazes; II - a causa possa ser resolvida por autocomposição”;

[9] [9] <http://www.tjsp.jus.br/AuxiliaresJustica/AuxiliarJustica/ConsultaPublica/Perfil/3840>

## DECLARAÇÃO DE VOTO

Na 53ª Sessão Virtual, realizada em 4.10.2019, pedi vista dos autos para melhor exame (Id 3772934). Após fazê-lo, peço vênua ao ilustre Relator para acompanhar a divergência inaugurada pelo eminente Conselheiro Rubens Canuto, que assim conclui:

ANTE O EXPOSTO, peço vênua para divergir em parte do Relator, e voto por DAR PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS PARA JULGAR PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados pelo INSS e pelo MPF, respectivamente, da seguinte maneira:

(i) Considerar ilegal a previsão contida nos arts. 355 (cadastro de clínicas particulares, sem convênio ou contrato de direito público com o SUS, habilitadas para realização de exames e serviços complementares) e 356 (imputação ao INSS do dever de antecipar o pagamento de exames e serviços complementares), ambos da Portaria Conjunta n. 01/2018, editada pelos Juízes de Direito das Varas de Acidente de Trabalho da Comarca da Capital de São Paulo, à míngua de lei em sentido estrito nesse sentido; e

(ii) Expedir Recomendação ao TJ-SP para que efetivamente limite o exercício do cargo de “Corregedor das Varas Acidentárias da Capital de São Paulo” por dois mandatos de dois anos consecutivos cada um, perfazendo um total máximo de 4 (quatro) anos.

No que diz respeito ao pleito de “regulamentação, pelo CNJ, dos critérios de escolha e definição dos peritos, com avaliações periódicas e mecanismos de controle para se aferir a qualidade dos trabalhos”, entende o ilustre Conselheiro Rubens Canuto que tal medida deve ser requerida a este Conselho em procedimento específico.

De fato, o PP é inadequado para o exame da questão. Entretanto, penso que se mostra oportuna e congruente com os princípios informadores da Administração Pública - transparência e publicidade - a expedição de Recomendação aos Tribunais para que tornem públicas, em local específico de seus sites, as seguintes informações a respeito das perícias e honorários periciais (relatório estatístico semestral):

- a) a relação de peritos, por CPF, com as respectivas especialidades e órgãos nomeados em cada unidade jurisdicional;
- b) o número do processo para qual foi designado o *expert*, acompanhado da data de nomeação;
- c) o quantitativo de processos e de pessoas assistidas; e
- d) os valores pagos por perito/semestre.

A meu sentir, a divulgação de tais dados não configura inovação normativa ou mesmo afeta o cadastro de profissionais de que trata a Resolução CNJ 233/2016<sup>[1]</sup>. Possibilita, em verdade, melhor aferição da quantidade e custo unitário médio por unidade jurisdicional e gestão de dados e gastos com os serviços técnicos/periciais pelos Tribunais e pelo CNJ que, nos termos do artigo 103-B, § 4º, da CF, possui o dever de elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário; e de elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

É como voto.

Brasília, data registrada no sistema.

MARIA TEREZA UILLE GOMES

Conselheira

---

[1] Dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2310>. Acesso em: 28 out. 2019.

#### VOTO DIVERGENTE (EM PARTE)

Trata-se de recursos administrativos interpostos contra decisão monocrática que julgou improcedentes os pedidos formulados pelo INSS e pelo MPF, respectivamente nos autos do Pedido de Providências n. 0008609-06.2017.2.00.0000 e Pedido de Providências n. 0009292-43.2017.2.00.0000

No primeiro pedido de providências, a autarquia federal questiona atos normativos do TJSP, que dispõem sobre a realização de perícias, exames e serviços complementares em procedimentos judiciais.

Já no segundo pedido de providências, o MPF pleiteia: (i) a apuração administrativa da não observância das resoluções do CNJ; (ii) a apuração administrativa da duração do mandato do Juiz Corregedor; (iii) a regulamentação da devolução dos valores adiantados a título de perícias e exames complementares, nas hipóteses em que a Autarquia Previdenciária for vencedora; e (iv) a regulamentação, pelo CNJ, dos critérios de escolha e definição dos peritos, com avaliações periódicas e mecanismos de controle para se aferir a qualidade dos trabalhos.

O Relator, Conselheiro Arnaldo Hossepian Junior, votou pelo não provimento dos presentes recursos, por meio dos fundamentos resumidos na seguinte proposta de ementa:

“RECURSO ADMINISTRATIVO EM PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. EXAMES PERICIAIS COMPLEMENTARES. ÔNUS PROCESSUAL. DECISÃO JUDICIAL. HONORÁRIOS PERICIAIS. ADEQUAÇÃO DOS VALORES À RESOLUÇÃO CNJ Nº 232/2016. IMPROCEDÊNCIA.

1. A prova pericial demanda observação de um conjunto de fatores para a sua concretização, os quais perpassam pela escolha e nomeação do perito, definição dos honorários, formulação dos quesitos, definição do prazo, dentre outros. Pode demandar, inclusive, a realização de exames mais especializados para compreensão do objeto investigado pelo *expert* (art. 473, § 3º, CPC), ou mesmo a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida (art. 480 do CPC), sempre a depender da realidade de cada caso concreto.

2. De acordo com o art. 95, §3º, II, do CPC, o pagamento pelos honorários periciais deverá observar os valores fixados pelo respectivo tribunal de origem. Apenas quando inexistir parâmetros definidos internamente, ou seja, quando da omissão do tribunal, é que deverá o magistrado observar tabela do Conselho Nacional de Justiça, que atualmente segue junto à Resolução nº 232 do CNJ. Além de garantir a parcela autonomia dos tribunais, o legislador ordinário objetivou assegurar a aplicação das particularidades de cada região para fixação dos honorários periciais.

3. A Resolução nº 232/2016 reconhece a possibilidade de o valor dos honorários periciais ultrapassar o limite fixado em até 5 (cinco) vezes, quando a especificidade do caso exigir. Permite, ainda, o reajuste anual destes valores, com previsão para o mês de janeiro e observada a variação do IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial).

4. Na análise do caso concreto, verifica-se que o Tribunal dirigiu expressa recomendação aos Juízes de Direito, com competência acidentária, para observação dos parâmetros fixados na Resolução nº 232/2016 do CNJ, os quais alteraram a mencionada Portaria Conjunta nº 001/2015 para adequação aos valores da referida resolução.”

A controvérsia da presente demanda reside, em síntese, na possibilidade ou não de controle de legalidade e financeiro de atos normativos oriundos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que dispõem sobre a realização de perícias, exames e serviços complementares em procedimentos judiciais.

De início, concordo com o Relator quanto à perda superveniente de objeto do pleito de limitação dos valores das perícias àqueles previstos na Resolução n. 232/2016 deste Conselho. Isso porque o TJ-SP, após recomendação expedida pela Corregedoria, acostou aos autos informações de que, em substituição à Portaria Conjunta n. 001/2015, foi editada a Portaria Conjunta n. 01/2018, por parte dos juízes de Direito das Varas de Acidente de Trabalho da Comarca da Capital de São Paulo.

Como esse novo ato normativo (Portaria Conjunta n. 01/2018) fixou para o pagamento das perícias médicas os valores máximos constantes na Resolução 232/2016 deste Conselho, com o devido acréscimo da atualização monetária do período pelo IPCA-E, resta efetivamente prejudicado, neste ponto, o pedido do INSS.

Acerca da possibilidade de majoração da remuneração do perito em até 5 (cinco) vezes o valor do teto fixado por este Conselho, há que se observar que pressupõe decisão judicial motivada específica para o caso concreto (art. 2º, § 5º da Resolução CNJ n. 232/2016), não podendo ser realizada por meio de ato administrativo geral e abstrato (a exemplo de portaria).

Por outro lado, quanto aos exames ou serviços complementares, ao contrário da conclusão chegada pelo Relator, penso que a alteração do ato normativo impugnado (Provimento n. 30/2013) pelo Provimento CG n. 07, de 15/02/18, do Tribunal de Justiça de São Paulo, não corrigiu o vício apontado pelo INSS.

Nesse ponto, conquanto o art. 8º, § 2º, da Lei n. 8.620/93, disponha que o INSS antecipará os honorários periciais nas ações de acidente de trabalho, esse dever de adiantamento da remuneração do perito se restringe ao âmbito das ações nas quais se postula benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho.

Sendo a obrigação legal restrita à antecipação dos honorários periciais nas ações judiciais onde são postulados benefícios acidentários, descabe ampliá-la para abarcar o custeio de exames médicos. É que a realização destes não se incluem das atribuições da previdência social, mas da saúde, ramo diverso da seguridade social (CF, art. 194) submetido ao Ministério da Saúde, não ao INSS.

Por essa razão, a previsão contida em ato normativo do TJSP de imputação do pagamento (antecipado ou não) ao INSS para realização de exames e serviços complementares para possibilitar a elaboração de perícia, por deter natureza de tutela à saúde, não deve ser custeada pela referida autarquia federal previdenciária, ainda que em forma de adiantamento.

**Entendendo necessária a apresentação de exames ou serviços de complementares de saúde, caberá ao perito judicial solicitá-los à parte, que poderá realizá-los em instituições privadas, às suas expensas, ou, gratuitamente, em unidades públicas de saúde ou em instituições privadas que possuam contrato de direito público ou convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), como prevê o artigos 196 e 199, § 1º, da CRFB.**

**Não se pode impor ao INSS que, sem nenhuma previsão legal, custeie com recursos públicos a realização de exames em clínicas privadas não integrantes do sistema complementar de saúde pública.**

Nesse raciocínio, revelam-se inconstitucionais e ilegais os artigos 355 e 356 do Provimento n. 07, de 15/02/2018, da Corregedoria do TJSP.

É que o primeiro dispositivo (art. 355), apesar de facultar ao magistrado a designação de uma das clínicas cadastradas em Portal do TJSP para a realização de exame ou serviço, não exige que tais instituições privadas possuam contrato de direito público ou convênio com o SUS, como prevê o art. 199, § 1º, da CRFB.

Já em relação ao segundo (art. 356), imputou-se indevidamente ao INSS o custeio antecipado de prestação com nítido caráter de prestação à saúde, quando, na verdade, conforme a Constituição (art. 201 e ss.) e a lei (Lei n. 8.213/91), cabe ao INSS a gestão dos planos de benefícios previdenciários, tão somente, sendo as prestações de saúde de responsabilidade do Ministério da Saúde.

Quanto ao pleito formulado pelo MPF relativo à necessidade de limitação do mandato do Juiz de Direito Corregedor das Varas Acidentárias da Capital de São Paulo, entendo que lhe assiste razão. Isso porque, à semelhança da previsão contida na Lei Complementar n. 35/79, em seu art. 102, o exercício de cargo de direção limitar-se-á a dois mandatos de dois anos cada um, isto é, quem tiver exercido cargo de direção por quatro anos não mais figurará dentre os elegíveis.

Logo, deve ser aplicado ao caso concreto à mesma *ratio* contida na LOMAN de limitação do mandato dos magistrados que exercem qualquer função de direção, porquanto tal medida legal de alternância na condução da função administrativa prestigia os princípios da isonomia, legalidade e probidade, além de permitir a oxigenação das práticas administrativas.

Por esses motivos, procede o pleito do MPF de limitação para o exercício da função de “Corregedor das Varas Acidentárias da Capital de São Paulo”, ocupado por Juiz de Direito. Nesse item, deve ser expedida recomendação ao TJSP para que efetivamente limite o exercício dessa função a, no máximo, dois mandatos de dois anos consecutivos, perfazendo um total de 4 (quatro) anos.

Resta prejudicado o pleito de regulamentação da devolução dos valores a título de adiantamento de exames complementares, visto que, como dito alhures, é ilegal a previsão contida em ato infralegal do TJSP de imputação dessa despesa ao INSS, à míngua de lei nesse sentido.

No que pertine aos pedidos de regulamentação da devolução dos valores adiantados para realização de perícia, penso ser desnecessário. É que a matéria já está regulada no CPC. Sendo vencido o INSS, como lhe caberá o ônus financeiro da prova técnica, não haverá ressarcimento do valor antecipado. Vencido autor que não seja beneficiário da assistência judiciária gratuita, este deverá ressarcir ao INSS os valores que antecipou a título de honorários periciais; não o fazendo voluntariamente, caberá ao respectivo juízo oficial à Fazenda Pública para que proceda à cobrança (CPC, art. 95, § 4º). Vencido autor agraciado com a assistência judiciária gratuita, caberá ao Estado de São Paulo reembolsar ao INSS (CPC, art. 95, § 3º)

Por derradeiro, é inadequado nesta seara (pedido de providências) o pleito de “regulamentação, pelo CNJ, dos critérios de escolha e definição dos peritos, com avaliações periódicas e mecanismos de controle para se aferir a qualidade dos trabalhos”, uma vez que, para tanto, faz-se necessário, previamente, colher dados em âmbito nacional. Portanto, caso seja de interesse do MPF, tal medida deve ser requerida a este Conselho em procedimento específico.

ANTE O EXPOSTO, peço vênias para divergir em parte do Relator, e voto por DAR PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS PARA JULGAR PROCEDENTES EM PARTE os pedidos formulados pelo INSS e pelo MPF, respectivamente, da seguinte maneira:

(i) Considerar ilegal a previsão contida nos arts. 355 (cadastro de clínicas particulares, sem convênio ou contrato de direito público com o SUS, habilitadas para realização de exames e serviços complementares) e 356 (imputação ao INSS do dever de antecipar o pagamento de exames e serviços complementares), ambos da Portaria Conjunta n. 01/2018, editada pelos Juízes de Direito das Varas de Acidente de Trabalho da Comarca da Capital de São Paulo, à míngua de lei em sentido estrito nesse sentido; e

(ii) Expedir Recomendação ao TJ-SP para que efetivamente limite o exercício do cargo de “Corregedor das Varas Acidentárias da Capital de São Paulo” por dois mandatos de dois anos consecutivos cada um, perfazendo um total máximo de 4 (quatro) anos.

É como voto.

Desembargador Federal RUBENS CANUTO

Conselheiro

Brasília, 2019-11-14.



Assinado eletronicamente por: **Ivana Farina Navarrete Pena**

**14/11/2019 17:04:20**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **3807356**



19111417042023000000003442219